

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Cem anos de socialização no refeitório do Colégio Pedro II (1837-1937): um estudo sobre práticas sociais e alimentação

One hundred years of socialization in the school cafeteria of Colégio Pedro II (1837-1937): a study on social practices and food

Renata de Souza Nogueira*

Colégio Pedro II
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho**

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Fabiana Bom Kraemer***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 08 ago. 2023.

Aprovado em: 09 out. 2023.

Publicado em: 29 dez. 2023.



* Nutricionista do Colégio Pedro II, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Doutoranda em Alimentação, Nutrição e Saúde na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Educação Profissional em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz; graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. (renata.nogueira@cp2.g12.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-9539-6762>

 <http://lattes.cnpq.br/8878751831099402>

** Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Saúde Coletiva e graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades (LADIGE). (mariaclaudia@nutricao.ufrj.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-8286-5689>

 <http://lattes.cnpq.br/0748450712768416>

*** Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição. Doutora em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; graduada em Nutrição pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística - PROCIENTIA (UERJ/FAPERJ). (fkraemer@uerj.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-3305-3358>

 <http://lattes.cnpq.br/2655294201522012>

Resumo

O artigo traz reflexões sobre a alimentação, enquanto prática social, no período demarcado pelo primeiro centenário do Colégio Pedro II (1837-1937), importante instituição de ensino do Brasil. Compreender a alimentação em sua complexidade demanda um exercício exploratório de aproximações dos diferentes núcleos [de saberes] – história, antropologia, sociologia, comunicação, nutrição, psicologia- que estruturam o pensamento sobre esse fenômeno. Considerando essa interdisciplinaridade é que traçamos como o objetivo desta pesquisa, compreender como a escola, enquanto espaço de socialização, medeia as práticas alimentares de jovens estudantes. Para tal, utilizamos de fontes primárias da instituição, tais como regulamentos e regimentos internos, além do documento *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, de Escragnolle Doria (1997). Recorremos às noções de representações para estudar os textos entendendo-os como discursos e práticas do mundo social que os tornam inteligíveis e possíveis. Identificamos que as relações sociais estabelecidas em torno da alimentação podem ter contribuído para a manutenção da ordem, disciplina, organização, estruturação do poder e fortalecimento da hierarquia social interna no Colégio Pedro II ao longo dos anos, ao mesmo tempo que também favoreceu a diferenciação dos estudantes dessa escola em relação a outros.

Palavras-chave: Alimentação. Educação. História da Alimentação. Práticas Alimentares. Sociologia.

Abstract

The article presents reflections on food as a social practice during the first century of Colégio Pedro II (1837-1937), an important educational institution in Brazil. Understanding food in its complexity requires an exploratory exercise involving various knowledge fields such as history, anthropology, sociology, communication, nutrition, psychology with structure the understanding of this phenomenon. Considering this interdisciplinarity approach, the aim of this research is to comprehend how the school, as a space of socialization, mediates the eating practices of young students. To do so, we utilize primary sources from the institution, such as regulations and interl rules, as well as the document *Memória Histórica do Colégio de Pedro II* [Historical Memory of the College of Pedro II], by Escragnolle Doria (1997). We employ the concept of representations to study the texts, viewing them as discourses and practices in the social world that make them intelligible and possible. We identify that the social relations established around food may have contributed to maintaining order, discipline, power structure, and reinforcement of internal social hierarchy with Colégio Pedro II over the years, while also differentiating the students of this school from others.

Keywords: Food. Education. Food History. Eating Practices. Sociology.

Introdução

Alimentação é prática social e compreendê-la em sua complexidade demanda um exercício exploratório de aproximações dos diferentes núcleos [de saberes] – história, antropologia, sociologia, comunicação, nutrição, psicologia que estruturam o pensamento sobre essa. As dimensões físicas, psicológicas e sociais dos humanos aparecem estreitamente vinculadas e reciprocamente implicadas nas práticas sociais. Aceitar essas premissas supõem pensar a alimentação humana constituindo um campo excepcional para a análise relacional entre o inato e adquirido e o imaginário entre o material e cultural.

Na historiografia brasileira, nos últimos anos, os estudos sobre alimentação deixaram de ser um assunto complementar e passaram a ser objeto de estudo específico, sendo importante campo de observação para se compreender as relações sociais e culturais. Esse movimento está relacionado às profundas transformações das práticas alimentares, ocorridas desde meados do século XX, no mundo ocidental (Cf.: Algranti; Macêdo, 2020). De acordo com as autoras, não poderia ser diferente, pois olhar para os hábitos alimentares do passado pode contribuir na construção do conhecimento para as questões colocadas no presente pela sociedade em que vive.

Motivadas pela interdisciplinaridade, pelo espaço conquistado por essa temática e pela relevância de estudar as práticas alimentares é que escolhemos um tempo e espaço específicos para melhor compreender as mudanças na construção de identidades, gostos e modos de vida de jovens estudantes.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é compreender como a escola, enquanto espaço de socialização, medeia as práticas alimentares no Colégio Pedro II, no período demarcado pelo primeiro centenário da instituição (1837-1937). Esse momento é atravessado por dois marcos históricos: o Império (1822-1889) e a República (1889 aos dias atuais).

A escola desempenha papel nos processos de socialização e formação dos jovens, nos seus tempos e espaços, e a alimentação escolar medeia as práticas e representações do mundo em que se inserem, demarcando culturas, como expressões simbólicas das suas condições em sociedade. No período marcado pelo centenário analisado, podemos dizer que a escola servia de recurso para disciplina, no sentido do poder, conforme Foucault (1979) e tinha estrutura estruturante de posições sociais, no sentido bourdieano (Cf.: Bourdieu, 1997; 2007; 2009).

O Colégio Pedro II, em especial, foi criado para garantir ao governo o controle sobre a instrução e educação aos futuros cidadãos do país, servindo de modelo de excelência para as demais escolas públicas ou particulares (Cf.: Souza, 2011). Na convivência escolar, estudantes e funcionários da instituição compartilhavam da mesma comida e bebida, que por sua vez, transmitem significados sociais de um tempo e condições de existência que, se examinados,

constituem facetas da socialização com incorporação de fronteiras entre os papéis e funções sociais dos agentes que participam da refeição. O refeitório da escola apresenta aos estudantes certo mundo e, num processo de interação e identificação com os outros participantes da refeição, faz com que eles se liguem às estruturas complexas do macrocosmo.

A essas práticas de comer junto, compartilhando alimentos e bebidas, códigos e convenções, em torno de uma mesa simbólica, atribui-se a noção de comensalidade. Essa engloba aspectos do que, como, onde e com quem se come (Cf.: Carneiro, 2005), logo, contempla toda e qualquer ação humana diante da necessidade biológica dos alimentos (Cf.: Wollz; Prado, 2016). Um processo socializador que pode ser agregador e que envolve cultura, modos de comer, atos simbólicos, regras sociais, experiências e valores (Cf.: Fischler, 2011). Nesse contexto, a comensalidade parece estar relacionada não apenas aos eventos especiais, mas também à reunião de pessoas em torno de uma refeição comum, sem nenhum interesse especial, encontrando nela sua expressão mais marcante e transformando-a em uma experiência coletiva e social (Cf.: Simmel, 2004): “É pela cozinha e pelas maneiras à mesa que se produzem as aprendizagens sociais mais fundamentais que uma sociedade transmite e permite a interiorização de seus valores. A alimentação é uma das formas de se tecer e manter os vínculos sociais”.

A comida e a prática de comer junto a alguém, pode se relacionar de diversas formas a um grupo e um lugar, contribuindo com identidades e significados diversos, envolvendo sentimentos, emoções, memórias e desejos (Cf.: Ulhoa *et al.*, 2015). É nesse lugar simbólico da mesa que os comensais trocam experiências, interagem e reforçam gostos e preferências (Cf.: Oliveira *et al.*, 2017). Nesse sentido, comer da mesma comida não significa que *o comer* acontece da mesma forma para todos nesse contexto sócio histórico.

Assim, ao mesmo tempo que a prática da comensalidade, ao compartilhar os mesmos códigos e valores, pode favorecer a empatia e a comunhão de sentimentos, estabelecendo e reforçando a sociabilidade e a socialização humana, pode também excluir, provocando afastamentos identitários. O como se comia, o que, quando e com quem se comia no Colégio Pedro II, em seu primeiro centenário, pode produzir indícios para compreender a formação, naquele período, de práticas associadas à alimentação na complexidade do mundo cotidiano que se insere a escola.

O Colégio Pedro II

Para falarmos da gênese do Colégio Pedro II é importante primeiramente contextualizarmos a educação brasileira a partir do período imperial. Partimos então da Constituição Imperial de 1824, que garantia a todos os cidadãos brasileiros ao menos a instrução primária. Entendia-se que a instrução elementar seria suficiente às camadas sociais mais baixas; às meninas, bastava a educação doméstica; para as camadas médias (filhos de pequenos

comerciantes e pessoas em situação de subemprego, basicamente urbanos), se somariam necessidades especiais, voltadas para o trabalho (Cf.: Souza, 2010).

Por outro lado, aos filhos dos aristocratas rurais, grandes comerciantes, políticos e altos funcionários da burocracia imperial destinavam-se às escolas secundárias, onde recebiam uma “cultura clássica e liberal” (Souza, 2010, p. 88). O ensino secundário não era considerado obrigatório e, conseqüentemente, continuaria restrito a essa pequena parcela da população livre (Cf.: Schueler, 1999) e dessa forma a educação brasileira foi sendo marcada pelo “elitismo”.

Em 1834, o Ato Constitucional atribuiu responsabilidade às Províncias pela instrução primária e secundária, sendo especialmente designada para jovens e adultos (Cf.: Strelhow, 2010). A descentralização da instrução para as Províncias resultou na dispersão do ensino fundamental, que passou a ser conduzido por “mestres-escolas”, muitas vezes autodidatas (Cf.: Carvalho, 2012), e no desenvolvimento dos serviços de instrução de escolas muito diversas (públicas, particulares, domésticas), conforme a realidade de cada uma das Províncias. Essa descentralização vem sendo interpretada por parte da historiografia da educação como um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil no período imperial, devido à insuficiência de recursos destinados às Províncias, bem como às diversidades regionais e até mesmo ao desinteresse dos líderes políticos em difundir a instrução primária e secundária no país (Cf.: Schueler; Magaldi, 2008).

É nesse contexto que, em 2 de dezembro de 1837, foi fundado o “Imperial Colégio de Pedro Segundo”, pelo Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, após reorganização do antigo Seminário de São Joaquim, sendo então a primeira instituição de ensino secundário do Brasil. Passou a receber esse nome em homenagem ao Imperador, pelo dia de seu aniversário de 12 anos (Cf.: Dória, 1997). O Imperial Colégio de Pedro Segundo assumiu as estruturas do antigo Seminário de São Joaquim por causa de problemas encontrados na qualidade do seu ensino (Cf.: Souza, 2011). Em sua obra *Chão de Ferro*, Pedro Nava (1976, p. 6) faz uma referência acerca da alimentação no antigo seminário afirmando que “a comida da casa não era grande coisa”, que os menus coloniais haviam se tornado famosos pela má qualidade e que houve uma melhora nos tempos imperiais.

O decreto de criação do Colégio estabelecia que a instituição atenderia exclusivamente meninos, entre 08 e 12 anos de idade, podendo o regime ser de internato ou externato, com o pagamento dos honorários fixado pelo governo (Brasil, 1837). Os externos recebiam apenas a instrução, enquanto os internos ensino, alimentação e asseio, já que dormiam na instituição (Cf.: Dória, 1997). Era concedido gratuidade para até 11 alunos internos e 18 alunos externos (Brasil, 1837), considerando os seguintes critérios: órfãos pobres, filhos de professores com 10 anos de serviços no magistério, alunos pobres que se destacaram no ensino primário e, posteriormente, filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai (Cf.: Colégio Pedro II, 2018).

Para ingressar no colégio, os candidatos passavam por um rigoroso exame de admissão, que levava em consideração a idade, o mérito adquirido e habilidades inatas (Cf.: Colégio Pedro II, 2018). A instituição receberia apenas estudantes vacinados, que já soubessem ler, escrever

e fazer as quatro operações matemáticas e com atestado de bom procedimento de outras escolas que o aluno tivesse passado. Quando o Reitor não quisesse admitir algum candidato, deveria justificar suas razões para o Ministro do Império, porém tais participações eram “reservadas e secretas” (Brasil, 1837, p. 59-61). Ressalta-se que o ingresso das mulheres no corpo discente do Colégio somente efetivou-se 90 anos após a sua fundação, em 1927 (Cf.: Colégio Pedro II, 2018).

Ao longo do primeiro centenário de sua existência, o Colégio sofreu várias interferências, reflexo também das reformas que a instrução pública brasileira passou. Dentre as mudanças, está a divisão administrativa entre Externato e Internato, a partir de decreto datado de 24 de outubro de 1857, com o objetivo de melhor gerenciar a distribuição dos alunos. Inicialmente, o Internato funcionou em um casarão na Chácara do Matta, no antigo Bairro do Engenho Velho, onde hoje é o bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Em 1889, a unidade foi transferida para o Campo de São Cristóvão, onde atualmente se localizam os *campi* São Cristóvão I, II e III e a Reitoria do Colégio (*Idem*).

Criado para ser o ideal de ensino secundário do país, sob controle da monarquia, enquanto o Estado atuava como agente, o Colégio funcionava como instrumento de formação intelectual de seus alunos para quadros da política e da cultura, objetivando ocupar postos de alta administração, assim como demais postos do funcionalismo público e/ou da gerência de setores secundários, terciários e militares. Apenas essa instituição poderia conferir o grau de bacharel em Ciências e Letras e habilitar formandos a se matricularem nas faculdades do Império (Cf.: Carvalho, 2012).

Neste projeto de construção do Estado-nação, o Colégio tinha papel relevante, cabendo-lhe a transmissão dos valores culturais de uma elite nacional que comungava entre si os ideais de civilização e progresso coadunados aos ideários monárquicos, buscando assim, entre seus formandos apoio ao final das Regências (Cf.: Andrade, 1999). Este ideário refletia-se em um currículo escolar onde predominavam as ‘humanidades’, prezando por uma cultura vasta, caracteristicamente voltada para a formação desta elite. Personalidades em diversas áreas da cultura, das letras e da política brasileira passaram pelo Colégio Pedro II, tais como Álvares de Azevedo, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Manuel Bandeira e também três presidentes da República brasileira: Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca e Washington Luís (Cf.: Dória, 1997).

Com o início da República em 1889, visando o apagamento da imagem monárquica, o Colégio teve seu nome modificado para “Instituto Nacional de Instrução Secundária” (Decreto n.º 9, de 21 de novembro de 1889), depois para “Ginásio Nacional” (Decreto de 8 de novembro de 1890), sendo retomado o nome original em 1911, através de decreto estabelecido pelo presidente da República e ex-aluno da instituição, Marechal Hermes da Fonseca (Cf.: Colégio Pedro II, 2018).

Ainda no período de recorte dessa pesquisa, nota-se uma mudança na configuração econômica brasileira, principalmente a partir da crise cafeeira de 1929. A atividade econômica, que era marcada exclusivamente pelo sistema agrário do tipo exportador, herdado do período

Imperial, passa a ter um investimento também no setor industrial. Nesse sentido, a democracia brasileira foi se fortalecendo segundo os interesses dos setores vinculados à burguesia agrário-comercial (Cf.: Strelhow, 2010). Como exemplo do legado educacional brasileiro do século XIX, temos a transformação da cultura material da escola, com a presença de mobiliários, livros, textos, mapas e globos, lousas e ardósias individuais; o crescimento do mercado editorial de livros didáticos; a constituição de novos espaços e temporalidades escolares e a afirmação de uma arquitetura escolar moderna (Cf.: Schueler; Magaldi, 2008).

Com relação à Revolução de 1930 e o início da Era Vargas,¹ o Colégio Pedro II foi afetado pelos acontecimentos, tendo seus exames adiados e parte das instalações físicas do Externato transformadas em quartel provisório para batalhões trazidos ao Rio de Janeiro pelo movimento. Restabelecendo-se a normalidade em 1932, iniciou-se a execução da nova reforma do ensino. No ano de 1937, o Colégio aparece revigorado e prestigiado, ano esse marcado por diferentes festividades realizadas para comemorar o primeiro centenário da instituição (Cf.: Soares, 2009).

Em 28 de fevereiro de 1967 foi sancionado o Decreto-Lei n.º 245 que transformou o Colégio Pedro II em autarquia federal, dirigida por um Diretor Geral, tendo seu acesso ampliado e democratizado. Foi equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a sanção da Lei n.º 12.677/2012 e, dessa forma, continua fundamentando e atualizando seu trabalho pedagógico com base nos documentos da legislação brasileira, tendo como missão: "Promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade".²

Caminhos percorridos

O *corpus* documental que subsidiou a pesquisa foi composto pelo Decreto de criação do Colégio Pedro II, datado de 02 de dezembro de 1837; o Regulamento nº 08 de 31 de janeiro de 1838, primeira publicação que contém os Estatutos para o Colégio Pedro II (Período Imperial); e os Regimentos Internos do Colégio Pedro II dos anos de 1915 e 1926, como exemplos demarcados pelo período da Primeira República. Os Regimentos Internos descreviam, de forma complementar e detalhada, como se dava a organização da instituição, já que de forma geral, eram estabelecidas nos decretos. Partimos do pressuposto que tais documentos, enquanto tentativa de ordenamento legal do mundo social, podem nos informar, por meio das representações sociais que veiculam e dão a ver, matrizes de práticas educativas consideradas

¹ Período compreendido entre os anos de 1930-1945 marcado não somente pelas intensas transformações relacionadas ao processo de industrialização no Brasil, como também pela reforma política e institucional da qual foi objeto o Estado brasileiro (Cf.: Rezende, 2012). Getúlio Vargas permaneceu por 15 anos no governo, compreendendo um período mais estável (1930-1937) e um período de ditadura ou "Estado Novo" (1937-1945) (Cf.: Soares, 2009). Esse último período não faz parte do recorte desta pesquisa.

² Cf.: COLÉGIO PEDRO II. Missão, Visão e Valores. *Colégio Pedro II*. (Site). Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

adequadas, no que diz respeito às prescrições, concepções de educação, proteção e assistência à infância (Cf.: Anjos, 2019).

Incorporamos também o livro *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*, de autoria de Luís Escragnolle Dória, publicado originalmente em 1937 e republicado em 1997. Dória foi professor do CPII, entre 1906 e 1937, arquivista e redator de alguns periódicos e tradutor de diversas obras. A obra de Dória tem servido de fundamento para diversos estudos a respeito do CPII em virtude de ter estruturado, a partir de fontes primárias existentes nos arquivos das unidades escolares, um farto repertório de informes a respeito da instituição e por ter sido testemunha direta de alguns fatos narrados (Cf.: Colégio Pedro II, 2018).

Amparadas em Roger Chartier (2010), estudamos os textos entendendo-os como discursos e práticas do mundo social que os tornam inteligíveis e possíveis. Nos informam, por meio das representações que veiculam e dão a ver alguma coisa. Tal como compreende o autor “a noção não se afasta nem da realidade nem do social”, elas convencem de que o mundo, ou o passado, é realmente aquilo que dizem que é, ou seja, atuam como expressões e criadoras do real.

Produzidas em suas diferenças pelos distanciamentos que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem e reproduzem. Portanto, conduzir a história da cultura escrita, dando-lhe como pedra angular a história das representações, é ligar o poder dos textos escritos que as dão a ler, ou a ouvir, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que elas impõem e são as matrizes das classificações e dos julgamentos (Chartier, 2010, p. 26).

Nesse sentido o autor lembra que a compreensão de um texto também depende das formas pelas quais esse escrito atinge o leitor e que necessariamente é preciso um suporte que o permite ser lido. Assim, sustenta que todo texto está ligado à materialidade e a leitura dele depende da forma como as organizações orientam a sua leitura, sua apreensão e compreensão. A compreensão do sentido efetuada na leitura e as significações de um texto, assim, dependem das formas por meio das quais é recebido pelos leitores.

O texto nos informa as expressões da realidade, os modos de ver e conceber o mundo produzidos no momento da sua produção ao mesmo tempo que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira. Autores e leitores incorporam o papel de produtores culturais e nesse entrelaçamento podem gerar padrões de vida cotidiana.

Entendendo que para a produção dos textos são movimentadas determinadas práticas sociais e representações do real e que depois de produzidos irão propagar outras representações e contribuir para a produção de novas práticas lembramos de Pierre Bourdieu (2009) e o conceito de *habitus*³ para apreender a lógica da prática que, enquanto produto da história, produz as práticas individuais e coletivas, garantindo a presença de experiências passadas, através da

³ *Habitus*, conceito proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2007) e definido como uma matriz mediadora que faz pensar a relação, a correspondência entre as práticas individuais, a subjetividade dos sujeitos e os condicionamentos sociais de existência, enfatizando o caráter de interdependência entre indivíduo e sociedade. É uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazer suas escolhas perante suas posições no contexto social.

incorporação de pensamentos e ações pelos sujeitos, ao mesmo tempo que se atualiza a partir das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade (*Idem*).

André Cellard (2012) nos inspirou quando descreve os principais procedimentos para a realização de uma análise documental. Primeiramente, realizamos leitura flutuante para identificar os sentidos de termos, palavras e conceitos empregados nos documentos já que a ortografia se mantém original da época. Para seleção dos trechos, localizamos nos documentos os seguintes conceitos-chave: comida; refeitório; alimentação; alimento(s); merenda; cozinha; menu, cardápio; almoço; jantar; pão; fome; cheiro; sabor; mesa. O objetivo dessa etapa foi desconstruir o material para proceder à uma reconstrução, com vistas a responder o objetivo da pesquisa.

Para melhor apreensão da vida cotidiana e das relações sociais se fez necessário também compreender o contexto social do período. Para isso, agregamos à pesquisa literatura sobre o mesmo e imagens relacionadas às práticas alimentares em diferentes períodos da instituição, obtidas em álbum de fotografias original do Internato do *Gymnasio* Nacional, publicado em 1909. As imagens, para além de retratar aspectos dos ambientes, elucidam detalhes sobre a organização, preparo e composição da refeição (Cf.: Abrahão, 2021).

A partir desses aportes apresentamos a seguir as análises agrupadas em eixos temáticos que permitiram a interpretação de representações e práticas relativas às condições de produção/recepção dos textos que, conjuntamente, significam e constroem o mundo social.

Desigualdades no acesso à escola e à alimentação

A escola é legitimamente reconhecida pela sociedade como locus de aprendizagem e, em países como o Brasil, é lícito relacionar alimentação enquanto direito e escola, uma vez que essa é reconhecida como espaço privilegiado para promoção de ações educativas na área de alimentação e nutrição (Cf.: Siqueira *et al.*, 2014).

Entretanto, essa relação não é natural, como qualquer relação existente na sociedade e foi construída a partir da inserção dos Direitos Humanos como pauta na agenda dos países após a 2ª. Guerra Mundial com a promulgação em 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O direito à alimentação nesse documento aparece como parte do direito mais amplo a um padrão de saúde e bem-estar. Posteriormente, a alimentação adequada é incorporada à compreensão dos direitos humanos universal, indivisível, inalienável, interdependentes e inter-relacionados, fruto de um processo de construção do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos portadores de direitos, assim como os direitos humanos à vida, à liberdade, à saúde, educação, à moradia, à informação, igualdade (Cf.: Valente, 2002). No Brasil, podemos dizer que a incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada nas escolas é

identificada, nos dias atuais, no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar⁴ (PNAE).

Consta-se que o acesso ao Colégio Pedro II e demais escolas criadas pelo Ministério do Império era concedido à população livre e vacinada, não portadora de moléstias contagiosas (Cf.: Schueler, 1999). A autora relata que os escravizados eram proibidos de se matricularem nas escolas públicas. E, mesmo entre os indivíduos livres havia uma distinção entre a obrigatoriedade do Estado em garantir o ensino. O ensino secundário, uma vez que não era obrigatório, continuava restrito a uma pequena parcela da população demonstrando a demarcação da idade para distinguir indivíduos e percepções sobre as diferentes fases da vida.

Assim, não era possível pensar em direito sob esta perspectiva durante o período do presente estudo. Como é sabido, o Império, apesar de representar o período de formação do Estado Nacional, como monarquia constitucional, sequer mencionava a escravidão, o voto era censitário, o voto masculino não era universal e tampouco a mulher votava. Além disso, podemos mencionar não só o ponto de vista normativo, mas o distanciamento entre a lei e as práticas sociais e políticas.

Já no período da Primeira República, apesar dos debates em torno da difusão dos projetos educacionais e das diversas reformas conduzidas no Rio de Janeiro, por exemplo, por Carneiro Leão (1922-1926), Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935) (Cf.: Schueler; Magaldi, 2009), a alimentação ainda não aparecia como um direito básico nas escolas, apesar de começar a transparecer no Brasil a ideia de que alimentar as crianças no ambiente escolar melhoraria a frequência. Evidencia-se isso também quando Dória (1997, p. 241) faz referência à “venda de merenda a alunos” que aconteceria em uma antiga sala dos inspetores, após reformas no edifício do Externato do Colégio Pedro II, no ano de 1929.

Entretanto, desde o começo do século XX até a criação oficial da política de alimentação escolar, fica claro que as iniciativas que aconteciam de oferta da alimentação em algumas escolas de ensino primário do país, de forma alguma eram homogêneas e/ou expressavam uma tomada de responsabilidade do governo federal, mas eram ainda muito vinculadas ao assistencialismo, especialmente aos mais pobres (Cf.: Pinho; Martínez, 2020). Por outro lado, ao considerarmos que no Colégio Pedro II, desde o período imperial, o acesso à alimentação pelos estudantes ainda não era fruto de um direito garantido, mas condicionado ao pagamento da taxa administrativa, podemos dizer que o capital econômico era um atributo para que esses sujeitos desfrutassem da alimentação e, para além disso, a oferta da refeição não tinha um caráter meramente assistencialista, mas era compreendida como uma prática social pela qual

⁴ O PNAE tem sua origem histórica vinculada a década de 1950 com a criação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que estruturou um primeiro programa de merenda escolar em âmbito nacional, denominado Programa de Alimentação Escolar, porém subsidiado por recursos internacionais. Em 1979 o PNAE recebe essa denominação, mas somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os estudantes do ensino fundamental, por meio desse programa suplementar. Em 2009, através da Lei n.º 11947/2009, houve a extensão do programa para toda a educação básica, incluindo a de jovens e adultos (FNDE, 2023).

era possível alcançar o objetivo de desenvolver a civilidade nos estudantes, através das boas práticas, comportamentos e modos à mesa.

Em 1915, o Brasil passou por um período de efervescência política, fruto de ideologias nacionalistas que exigiam que o Estado exercesse maior controle sobre as políticas sanitárias nas diversas regiões brasileiras, que incluía o combate às endemias, marcando os anos iniciais da Reforma Sanitária no Brasil (Cf.: Faria, 1995).

Os princípios que orientaram o início do pensamento higienista, desenvolvida no final do século XVII, emergiram com o conceito de saúde-doença defendido por Hipócrates de Cós (460-377 a. C.) e fundamentaram mudanças tanto na estrutura física das cidades como nos costumes da época (Cf.: Kraemer *et al.*, 2017). Partimos aqui da noção de qualidade considerando não somente o tipo de comida servida, mas seu estado sanitário.

Tal preocupação é evidenciada e descrita já no primeiro regulamento do Colégio, ainda no período imperial, à medida que determinava que a qualidade dos pratos deveria ser regulada com antecedência pelo Reitor e Tesoureiro, no início de cada semana (Brasil, 1837, art. 177) e no período republicano essa avaliação da qualidade ficava a cargo do diretor e almoxarife (Colégio Pedro II, 1915).

Importante destacar que essa preocupação com a qualidade era tanto da alimentação servida para os estudantes quanto para a dos empregados do Colégio e foi evidenciada através do primeiro regulamento imperial, aparecendo posteriormente também nos regimentos internos republicanos: "O alimento dos alunos será sadio e abundante" (Brasil, 1837, art. 177; Colégio Pedro II, 1915, art. 319). E ainda quando diz que a quantidade orçada de gêneros alimentícios deveria ser suficiente para atender também à refeição dos empregados, mantendo a mesma qualidade dos alunos (Brasil, 1837, art. 178; Colégio Pedro II, 1915, art. 321). Tal recomendação também é enfatizada na obra de Escragnolle Dória (1997, p. 168): "A alimentação dos alunos era da melhor qualidade, muito farta e bem feita... Estado sanitário ótimo".

O primeiro regulamento da instituição apontava que apenas os inspetores de alunos e o Capelão tinham acesso a alimentação da escola gratuitamente, às custas do Colégio, e que deveriam realizá-la no refeitório, junto aos estudantes. Reitor, Vice-Reitor e professores poderiam receber a alimentação desde que dessem uma parte dos seus ordenados, conforme fosse determinado no orçamento anual do Colégio (Brasil, 1837, art. 204-205). Faltin e Gimenes-Minasse (2019) ressaltam que nas refeições compartilhadas aprende-se regras de comportamento que remetem não apenas às boas maneiras ou cuidados com a higiene, mas também à hierarquia social e aos comportamentos que são aceitáveis ou não em relação aos outros indivíduos. Nesse sentido, o acesso à alimentação gratuita para os inspetores e para o Capelão no refeitório da escola parece estar relacionado com o interesse institucional de manutenção da ordem, da disciplina e também dos seus valores religiosos e morais entre os estudantes.

A comida e suas representações

Percebemos uma posição social diferenciada entre o enfermo e o sadio, marcada pela comida. Esta deveria ser “muito farta” e “abundante” para os sadios, porém “frugal”, em situações de enfermidade. Nos casos em que atingia as autoridades, as refeições eram preparadas e levadas ao respectivo “cubículo” (pequena sala isolada) não sendo permitido o uso do refeitório. A alimentação deveria ser preparada da mesma maneira dos demais que estariam no refeitório, porém “na quantidade razoavelmente conveniente para a frugal sustentação de uma pessoa” (Dória, 1997, p. 59). Para Bourdieu (2007), as preferências alimentares, o modo de cozinhar, apresentar e servir os alimentos são também uma forma de distinção social, pois depende da ideia que cada classe faz do corpo e dos efeitos da alimentação sobre o corpo, isto é, “sobre sua força, sua saúde e sua beleza”, assim como das categorias que ela utiliza para avaliar tais efeitos. A comida parece estar relacionada à sua função vital de nutrir, dar energia e recuperar das enfermidades.

No que diz respeito à comida que era servida no refeitório para estudantes e empregados sadios no período imperial, notamos um discurso que tende a privilegiar os elementos regionais, como parte também dos movimentos culturais e sociais de legitimar o país enquanto Estado-Nação. Segundo Roim (2020), Portugal teve o papel de civilizador no processo de desenvolvimento da nação brasileira, porém no campo da alimentação, pode-se afirmar que esse papel é invertido, à medida que os significados e representações de cada ingrediente, prato e saber foram impressos no cotidiano brasileiro a partir de uma culinária popular. Ainda segundo a autora, outro movimento nacionalista buscava caracterizar determinados pratos como tipicamente nacional, como por exemplo, a feijoada.

Essa questão pode ser bem representada pelo trecho a seguir da obra de Escragnolle Dória (1997, p. 104):

Tudo comida bem brasileira, às quintas-feiras, feijoada completa, às sextas, peixe frito, aos sábados, picadinho com batatas e azeitonas, “cozido succulento”, nos domingos sem saída. Recreios das duas às três, das cinco às seis, das oito e meia às nove da noite, silêncio ou sala de estudos das três às cinco, das seis às oito; e assim decorria a vida dos internos de 1865.

Ainda no período dito como 1ª República, o que era oferecido no Colégio Pedro II era uma comida que comunicava uma ideia de fartura e variedade, sendo lembrada por um de seus ex-alunos com muito apreço:

o arroz solto, macio, lépido e dourado de nossos almoços, arroz base, alicerce, arroz fundo musical para o picadinho, ou o bife de panela com quiabo, ou batata, ou cenoura, sempre com azeitona, sempre avivado pelo pimentão; para os bolinhos de bacalhau escorrendo banha, para as postas de peixe frito, para os grelhados com rodelinhas de cebola ainda cruas dum lado e já torradas do outro (Nava, 1976).

É preciso esclarecer que, neste período histórico, era predominante nas escolas do Brasil a oferta apenas de sopa ou mingau, oferecidos na caneca, ou mesmo o copo de leite puro (Cf.:

Pinho; Martínez, 2020), marcando fundamentalmente a distinção social entre os estudantes do Colégio Pedro II e os estudantes das demais escolas que eram geridas pelos estados brasileiros.

Partindo da perspectiva de que os cardápios são objetos de estudo importantes para pesquisa sobre alimentação, porque não se limitam a registrar unicamente as iguarias servidas, mas servem como declarações de pertencimento social e cultural dos sujeitos, evidenciando práticas alimentares e redes de sociabilidades (Cf.: Abrahão, 2021) é que apresentamos o próximo relato que não se dá necessariamente no espaço escolar, mas que recorda tais momentos. O contexto era um almoço na casa do recém-eleito presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, ex-aluno da instituição, onde estavam reunidos com ele mais 35 antigos colegas que lembraram, com ironia, episódios da vida no Imperial Colégio de Pedro II, incluindo o momento das refeições.

Segundo os participantes da refeição, o cardápio (Quadro 1) “era resumo gastronômico de vida colegial”:

Quadro 1 – “Cardápio” do Imperial Colégio de Pedro II em 1868-1869, segundo os estudantes.

<u>CARDÁPIO</u>
1 – Uma porção de coisas esquisitas para abrir o apetite.
2 – Mistura de coisas do mar, com produtos de terra, vegetais e animais, como gostava o nosso velho Reitor, Conselheiro Pacheco.
3 – Arranjos de galinha, pelo sistema do secretário Garcia, amante de canários do reino.
4 – Badejo com molho, cuja receita o velho latinista Souza aceitaria.
5 – Língua com gelatina, mais quente que a do inspetor Aguiar, que não tinha papas na mesma.
6 – Neve artificial, com o respectivo álcool, para ficar a gente gelada, tal como quando o Halbout exigia as regras de cor.
7 – Peru, um pouco mais gordo de que era o Bóscoli, mesmo com a flecha em roletes. Isto vai com presunto, conforme o costume, e o “visto” do Brito escrivão, metuculofo o Francisco Bernardo de Brito, como bom custódio da Fazenda Nacional. Para adoçar a boca, uma fruta daqui e dalém mar, conforme a geografia do Abreu.
Para sobremesa uma série de complicações, piores que os exames com aquele pessoal todo. Apesar de jovens, há vinhos velhos e águas moças, licores e preciosa rubiácea, para que vejam que somos todos brasileiros.

Fonte: Dória (1997, p. 189-190).

O relato do almoço, com um certo tom de ironia, nos sugere uma rede de sociabilidade entre ex-alunos demonstrando de que maneira os elementos do cotidiano da escola ainda se encontravam vivos e latentes na memória dos que lá estudaram quarenta anos antes, sendo recordados com irreverência (Cf.: Marques, 2011). Tais analogias foram explicadas por Dória da seguinte forma (1997, p. 190):

Avultava na evocação o reitor, Conselheiro Pacheco, seguindo-se-lhe o secretário José Manoel Garcia, por alcunha o canário do reino, visto ser muito louro, ao

Marquês de Abrantes, por orador dulçuroso dada também a alcunha de canário do Senado. O badejo com molho trazia à lembrança o professor de Latim, Dr. Antônio José de Souza, ao que diziam gastrônomo na pausa dos gerúndios. A língua com gelatina, 'mais quente que a do inspetor Aguiar' aludia a veemências de voz ou palavras de Carlos Augusto da Costa Aguiar, zelando disciplina. A neve artificial era de lembrete, ao treme-treme das sabatinas gramaticais de Halbout, com o peru recordava as arguições de José Ventura Bóscoli, professor de Matemática, seguindo com a flecha em roletes demonstrações na pedra, já nas extrações de raiz cúbica, já no desenvolvimento do problema dos correios, já no teorema do quadrado da hipotenusa. As frutas daqui e dalém mar, para adoçamento de boca, resumiam pomiferamente as lições de geografia do bondoso Pedro José de Abreu, em antonimia com Halbout, ríspido e justo. O fecho do cardápio dos convivas do almoço de 6 de janeiro de 1910, com vinhos velhos e alguns moços era chistoso resumo de horas sobressaltadas. Daí constar a sobremesa 'de uma série de complicações, piores que os exames com aquele pessoal todo'. Estas quatro últimas palavras punham em reminiscência o fim dos anos letivos, o fechar de contas de aplicação prestadas a examinadores, contas de relativa tranquilidade para estudiosos, de susto e remorso para quem preferira nas aulas e em casa livro fechado a aberto.

Ainda segundo o autor, o cardápio "era resumo gastronômico de vida colegial, nela destacando *figuras magnas ou modestas*, do corpo docente ou do administrativo" (Dória, 1997, p. 190. Grifos nossos). Nesse trecho, percebemos a representação dos docentes enquanto "figuras magnas" como sujeitos detentores de prestígio e o corpo administrativo pouco valorizado ao ser apresentado como "figuras modestas". Os estereótipos representam modalidades fundamentais da dominação simbólica na História e são instrumentos poderosos de dominação social porque não somente impõem uma evidência recebida como tal pelos dominantes, mas também faz com que os dominados incorporem e naturalizem a representação imposta (Cf.: Guimarães, 2021).

Hierarquia, poder, organização e disciplina estruturando o comer

Através da análise dos materiais podemos notar uma reprodução das hierarquias sociais na estruturação do comer no espaço do Colégio, considerando que esse poder reforçava a posição que cada agente social ocupava no campo. Podemos dizer, conforme Souza (2010), que a instituição adaptava a difusão do saber à visão hierarquizada da sociedade e reduzida de cidadania, pensamento vigente no período imperial.

A partir do relato das visitas, por diversas vezes inesperadas de D. Pedro II ao Colégio, fiscalizando os espaços, incluindo o refeitório, sentando-se à mesa, provando as refeições, avaliando a qualidade dos gêneros, fazendo questionamentos aos funcionários responsáveis pela dispensa e pelo preparo das refeições, percebemos uma ênfase ao poder do Imperador, como autoridade máxima da instituição e a quem inclusive o Reitor devia obediência, devendo estar atento às suas solicitações, conforme evidenciado no trecho a seguir

Atestou a impressionante frequência das visitas do Imperador ao Internato. Chegava sempre de surpresa, sem avisos prévios, com o mesmo traje preto, não dispensando cartola. De preferência entrava pela cozinha, dizia qualquer coisa ao chefe da mesma. Passava à despensa, examinando gêneros e ao despenseiro

solicitava informações. Na copa observava o estado de limpeza do respectivo material. Percorrendo o refeitório fazia observações sobre quaisquer irregularidades (Dória, 1997, p. 167).

Dom Pedro II visitava as repartições públicas, acompanhava de perto as atividades dos ministros, cobrava deles as medidas que julgava necessárias. Tinha interesse pelas escolas, que visitava com frequência, assistindo aos concursos e examinando os alunos (Cf.: Carvalho, 2012). Percebemos que o próprio D. Pedro II ajudou a fortalecer o caráter imperial do Colégio, estreitando sua ligação com o regime, ao prestigiar com sua presença e apoio às atividades do Colégio (Cf.: Cardoso, 2013).

Conforme aponta Souza (2010), o Colégio funcionava como um conjunto organizado onde as posições de seus membros eram definidas de acordo com diferentes variáveis, como idade, desempenho e comportamento, sendo os lugares hierarquizados de acordo com o saber e a capacidade de cada aluno, seus méritos e seus valores.

A hierarquia e o poder também se manifestavam através de práticas de punição e castigo aos estudantes, materializadas nos alimentos. A quem cometesse o pecado da gula, punia-se diminuindo o alimento (Cf.: Dória, 1997). Cecchetti e Santos (2016) relatam que desde o século XVI até a metade do século XIX, o ensino da religião era atrelado aos processos de ensino nas escolas, garantindo seu caráter confessional. No período imperial, todas as aulas e refeições no CPII eram precedidas e seguidas por uma breve oração e durante a refeição uma leitura era realizada por aluno indicado pelo Reitor (Colégio Pedro II, 1838).

Identificamos uma disposição ao cumprimento de regras e leis sobre o que se deve ou não comer, reforçando a ideia de que cada cultura e cada grupo apresenta regras e leis implícitas sobre o que alguém deve ou não comer e um sistema de socialização que perpassa pela comensalidade. O que está invisibilizado nesse processo são os mecanismos que exercem a manutenção de uma ordem simbólica, que, segundo Bourdieu (1997, p. 22), se exerce com “a cumplicidade tácita dos que a sofrem e, também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”.

Como exemplo, temos o trecho da obra de Doria (1997, p. 168) que traz a goiabada como “alimento-recompensa” e a banana como punição aos pecadores. A punição, neste sentido, visava principalmente o disciplinamento do aluno.

A missa dominical era obrigatória para quantos não saíam aos sábados e, às vezes, havia confissões e comunhões gerais. Tais práticas eram com ânsia disputadas e sempre que possível repetidas, porquanto os que caíam em graça ganhavam goiabada ao jantar, servidas bananas aos infiéis (Doria, 1997, p. 168).

Identificamos também nesse estudo uma diferenciação entre o momento da refeição e a dita hora do “recreio”, associada ao momento de lazer, no período republicano. Passa a ser permitido ao Internato jogar amarela, peteca, bola, *cricket*, *lawn-tennis*, *coquet*, corridas e saltos, sendo proibido o futebol. Nesse mesmo período não havia recreio para os alunos do Externato, mas era permitido entre uma aula e outra “tomar suas merendas e satisfazer as

necessidades orgânicas” (Cf.: Colégio Pedro II, 1926). No período imperial as refeições aconteciam junto ao horário do recreio.

Ainda no que diz respeito à organização da alimentação do Colégio, foi dado destaque no documento de Doria (1997, p. 37) a três empregados “especiais” que cuidavam da cozinha, enquanto quatro “africanos” ficariam com as tarefas ditas mais grosseiras, pesadas, (serventes gerais). Tal informação corrobora com o disposto no primeiro regulamento que diz que o serviço especial de Dispensa e Cozinha exigiria “serventes especiais” (Colégio Pedro II, 1838, art. 45) sendo não somente tecnicamente distintos, mas socialmente também.

A Figura 1 retrata um desses serventes, responsável por operar o locomóvel da cozinha do Colégio, que funcionava com caldeiras a vapor (Figura 2). Percebe-se nessa divisão de tarefas uma lógica de reprodução das relações simbólicas impostas aos sujeitos, conforme aponta Bourdieu (2007), como um sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irredutíveis tanto às regras do jogo econômico quanto às intenções particulares dos sujeitos.

Nota-se também nos documentos analisados predominantemente uma referência à figura masculina nos cargos que envolviam toda a dinâmica do planejamento e do preparo das refeições: copeiros, serventes, servente especial, dispenseiro, almoxarife, cozinheiro, tesoureiro. Briguglio (2020) destaca que desde o século XIX a cozinha profissional já experienciava a divisão sexual do trabalho, sendo uma questão social importante, à medida que havia um consenso entre cozinheiros e *chefs* homens de que o trabalho realizado na cozinha doméstica, majoritariamente conduzido por mulheres, não era profissional e, portanto, não era reconhecido e nem valorizado. Segundo a autora, as mulheres estavam relegadas ao trabalho culinário doméstico, sem visibilidade, enquanto aos homens cabia a profissionalização, o reconhecimento e o aprimoramento de técnicas culinárias.⁵

Ainda nessa perspectiva da organização, notamos uma disposição diferenciada dos alunos no refeitório, já que desde o período imperial cada classe de alunos tinha sua mesa separada (Colégio Pedro II, 1838). No período republicano, identificamos nos Regimentos Internos as regras de comportamento ainda mais definidas.

⁵ A promulgação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil viria a mudar a configuração desse quadro à medida que trouxe, como uma de suas diretrizes, a oferta de refeições em todas as escolas públicas. Os poucos estudos publicados com essa temática apontam que a função de preparar tais refeições é ocupada majoritariamente por mulheres, pardas ou negras, de baixa escolaridade e pertencentes às classes sociais mais baixas (Cf.: Melgaço, Matos-de-Souza, 2022).

Figura 1 – Locomóvel da cozinha a vapor



Fonte: Internato do *Gymnasio* Nacional. *Álbum*, 1909, s./p..

A figura dos inspetores, responsáveis pela ordem e disciplina nas escolas, se fazia presente desde a época do Império. Segundo o Regulamento, os inspetores deveriam comer à mesa com os estudantes; eram responsáveis por vigiar de 30 a 35 alunos cada um e deveriam escrever relatórios diários sobre comportamento e as penalidades aplicadas. O artigo 25 do documento ainda frisava que “devem eles ter sempre em vista que de sua vigilância, e firmeza, assim como de sua moderação depende essencialmente a boa educação dos Alunos” (Colégio Pedro II, 1838). Retomando o conceito de poder, segundo Foucault (1979), partimos de uma noção de poder que funciona em cadeia, podendo os indivíduos num determinado momento exercer o poder e no outro sofrer a sua ação. Podemos dizer então que o poder exercido pelos inspetores sobre os estudantes no espaço do refeitório era efeito imediato das “divisões, desigualdades e desequilíbrios” sendo ao mesmo tempo intencionais e não subjetivas.

Figura 2 – Cozinha a vapor.



Fonte: Internato do *Gymnasio* Nacional. Álbum, 1909, não paginado.

Os regimentos determinavam que, além da divisão das mesas, o inspetor deveria ocupar a cabeceira das mesas (Colégio Pedro II, 1915), sendo demarcado socialmente seu espaço de poder no momento da refeição através do assento. Cada estudante também tinha seu lugar marcado à mesa do refeitório, não sendo permitido trocá-lo, nem mesmo permitido ao estudante se afastar durante as refeições, sem licença do inspetor (Colégio Pedro II, 1926). Terminada a refeição, os alunos saíam do refeitório formados, de acordo com sua divisão de classe (Colégio Pedro II, 1915, art. 327; 1926, art. 559). As regras de comportamento à mesa e manutenção da ordem nos espaços destinados ao comer parecem reforçar o caráter socializador da comensalidade, através da harmonia e civilidade entre os sujeitos participantes da refeição (Cf.: Kraemer; Arnaiz, 2015).

No período da República, era proibido ainda aos estudantes “produzir demasiado ruído” com talheres e pratos e falar em voz alta durante as refeições (Colégio Pedro II, 1915, art. 323; 1926, art. 556). Norbert Elias (1994), ao discorrer sobre o processo civilizador do homem, destaca que a imposição de regras e hábitos à mesa são parte de uma transformação muito maior, originária da própria estrutura social. Dessa forma, entendemos que tais proibições refletiam modelos de comportamento já difundidos, assimilados e aceitos pela sociedade

burguesa da época, e serviam de estratégia para a distinção social e marcação de classe, formando a elite cultural do Colégio.

Outras proibições aparecem nos regimentos, tais como “repreender copeiros e serventes do refeitório” e também de “comer qualquer alimento fora do horário das refeições” (Colégio Pedro II, 1915, art. 325; 1926, art. 560, respectivamente). Esse ordenamento no ambiente escolar, na concepção Weberiana, é proveniente de eficientes processos de imposição das próprias vontades, podendo afetar o comportamento do outro de maneira desejada (Cf.: Weber, 1999).

Dessa forma, além do tradicional sentido de partilha dos alimentos com um certo grau de envolvimento recíproco, a comensalidade tanto reúne quanto separa; pode ao mesmo tempo ser inclusiva ou exclusiva dentro de um grupo, pode manifestar igualdade ou hierarquia entre os que compartilham a mesa (Cf.: Boutaud, 2011; Fischler, 2011).

Considerações finais

Podemos considerar que o cotidiano escolar foi marcado por práticas, conflitos, tensões e intenções, que ocorriam tanto por conta do cenário político e econômico do país, quanto por conta das ações dos sujeitos que compunham o cenário do Colégio. A hierarquia social foi evidenciada pelas práticas estabelecidas entre as ditas “figuras magnas” (Imperador, Reitor, professores), as “figuras modestas” (inspetores, serventes) e os próprios estudantes.

O refeitório da escola, enquanto importante espaço de socialização, permitiu através da comensalidade, estabelecer relações que ao mesmo tempo que criavam laços, reafirmavam a diferenciação e a distinção desses estudantes em relação a outros. A proibição de determinadas condutas à mesa, bem como o ordenamento para bons comportamentos, descritos nos regulamentos e regimentos internos da instituição à época, parecem estar vinculados a um valor simbólico, ou seja, ao reconhecimento do *status* e do privilégio em ser um estudante do Colégio Pedro II, ainda que justificativas racionais tenham sido dadas (higiênicas, sanitárias ou econômicas).

Concluimos, assim, que as relações sociais estabelecidas em torno da comida podem ter contribuído para a organização e fortalecimento das regras de identidade e da hierarquia social no Colégio Pedro II ao longo dos anos, impondo inclusive limites e fronteiras sociais, políticas e religiosas.

Referências

Sites

COLÉGIO PEDRO II. Missão, Visão e Valores. *Colégio Pedro II*. (Site). Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FNDE. Programas > PNAE > Histórico. *FNDE* (Site). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso: 25 jul. 2023.

Fontes iconográficas

INTERNATO DO GYMNASIO NACIONAL. *Álbum*. Rio de Janeiro: Typographia da "A EDITORA", 1909.

Legislação e Documentos Oficiais

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto s./n., de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. In: *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1837, v. 1, pt. 2, p. 59-61. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

COLÉGIO PEDRO II. *Regimento Interno do Colégio Pedro II. Complementar do Decreto 11530, de 18 de março de 1915*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1915.

COLÉGIO PEDRO II. *Regimento Interno do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1926.

COLÉGIO PEDRO II. Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Colégio Pedro II. In: BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1838, vol. 1, pt. 2, p. 61. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/561182/publicacao/15635716>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Bibliografia

ABRAHÃO, Eliane Morelli. Menus e Cardápios: os impressos efêmeros e a pesquisa em História da Alimentação. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 29, art. e39, p. 1-59, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e39>.

ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). *História e alimentação: Brasil séculos XVI-XXI*. Belém: Paka-Tatu, 2020.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Regulamentos e estatutos de instituições como fontes para a história das práticas de assistência à infância no Brasil Império (1828-1884). *Anais eletrônicos do Congresso Brasileiro de História da Educação*. Belém: UFPA, 2019.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza (Orgs.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Estruturas, *habitus*, práticas. In: *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOUTAUD, Jean Jacques. Compartilhar a mesa. In: MONTANDON, Alan (Org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo: Senac, 2011.
- BRIGUGLIO, Bianca. *Cozinha é lugar de mulher? A divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2020.
- CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo Cardoso. Colégio Pedro II: a contribuição dos símbolos na formação de sua memória coletiva. *Anais do [...] Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XIV*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História: Questões & Debates*, v. 42, n. 1, p. 71-80, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. A Vida Política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *A Construção Nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Col. História do Brasil Nação, 1808-2010. Direção de Lília Mortiz Schwarz).
- CECCHETTI, Elcio; SANTOS, Ademir Valdir dos. O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas. *Acta Scientiarum. Education*, v. 38, n. 2, p. 131-141, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v38i2.26790>.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados*, n. 11, v. 5, p. 173-191, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>.
- CHARTIER, Roger. Escutar os Mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, n. 24, v. 69, p. 06-30, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>.
- COLÉGIO PEDRO II. *Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de História na Educação do Brasil*. Rio de Janeiro: Triunfal, 2018.
- DÓRIA, Escragnolle. *Memória Histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Brasília: INEP, 1997 [1937]. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html. Acesso em: 6 abr. 2022.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FALTIN, Andrea Ortolani; GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta. Commensality, Hospitality and Conviviality: A Theoretical Essay. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, São Paulo, n. 11, v. 3, p. 634-652, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p634>.
- FARIA, Lina Rodrigues de. Os primeiros anos da Reforma Sanitária no Brasil e a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1920). *Physis- Revista de Saúde Coletiva*, n. 5, v. 1, p. 109-129, 1995.
- FISCHLER, Claude. Commensality, Society and Culture. *Social Science Information*, n. 50, v. 3-4, p. 528-548, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/0539018411413963>.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. Entrevista com Roger Chartier - Representações das práticas, práticas da representação. *História*, São Paulo, n. 40, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021065>.

KRAEMER, Fabiana; ARNAIZ, Mabel Garcia. Feed or nourish in a "popular restaurant" in Spain: reflections on commensality. *Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde*, n. 10, v. 3, p. 455-466, 2015.

KRAEMER, Fabiana Bom; CAMPOS, Flávia Milagres; SOUZA, Leonardo Teixeira. Qualquer um pode cozinhar? *Ratatouille* e a produção de sentidos no campo da Alimentação e Nutrição. In: FERREIRA, Francisco Romão *et al.* (Org.). *Cinema e comensalidade*. Vol. 2. Curitiba: CRV, 2017. (Série Sabor Metrópole, 8).

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. *A educação do corpo e o protagonismo discente no Colégio Pedro II: mediações entre o ideário republicano e a memória histórica da instituição (1889-1937)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MELGAÇO, Mariana Beloni; MATOS-DE-SOUZA, Rodrigo. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. *Educação em Revista*, n. 38, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469834023>.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. Memórias 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

OLIVEIRA, Ronaldo Gonçalves; FERREIRA, Francisco Romão; PRADO, Shirley Donizete. Eating at the table: social inclusion of a deaf person by their family through commensality. *Demetra: alimentação, nutrição & saúde*, n. 12, v. 4, p. 899-914, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2017.28357>.

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Aspectos da história da alimentação escolar na Primeira República brasileira. *História e Cultura*, n. 9, v. 2, p. 177-204, 2020. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v9i2.3271>.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: UFSC, 2013.

REZENDE, Vera. O urbanismo na Era Vargas: uma introdução. In: REZENDE, Vera (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói, RJ: EdUFF; Intertexto, 2012.

ROIM, Talita Prado Barbosa. Dinâmicas culturais na alimentação: da formação das cozinhas à construção das identidades nacionais de Brasil e Portugal. In: CARVALHO, M. C. V. S. *et al.* (Orgs.). *Comensalidades em trânsito*. Salvador: EdUFBA, 2020. (Sabor Metrópole Series, 11) DOI: <http://doi.org/10.7476/9786556301778>.

SCHULER, Alessandra Frota Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira De História*, n. 19, v. 37, p. 59-84, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000100004>.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, n. 13, v. 26, p. 32-55, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.

SIMMEL, Georg. Sociologia da Refeição. [1910]. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 159-166, jan.-jun. 2004.

SIQUEIRA, Renata Lopes de *et al.* Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Ciência & Saúde Coletiva, n. 19, v. 1, p. 301-310, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014191.2114>.

SOARES, Jefferson da Costa. *O ensino de sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. Alunos, leitores e cidadãos apontamentos sobre a formação dos alunos do Colégio Pedro II no Império (1837-1854). *Ars Historica*, n. 4, 2011.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR*, v. 10, n. 38, p. 49-59, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v10i38.8639689>.

ULHOA, Niara; RINALDI, Ana Elisa; ABDALA, Monica Chaves. Hábitos alimentares e sociabilidade no horário de almoço de estudantes universitários. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, n. 10, v. 3, p. 539-554, 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2015.16044>.

VALENTE, Flávio Luiz Schiek. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: VALENTE, Flávio Luiz Schiek. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: EdUnB, 1999.

WOLLZ, Larissa Escarce Bento; PRADO, Shirley Donizete. Cinema e comensalidade: aspectos simbólicos da comida a partir da linguagem cinematográfica. In: FERREIRA, Francisco Romão *et al.* (Org.). *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV, 2016. (Série Sabor Metrópole, 6).